



PROGRAMAÇÃO

CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS Questões Relevantes nos Tributos Municipais e Estaduais

DATA E HORÁRIO	De 06 de setembro até 12 de outubro de 2021 Aula síncrona: 04 de outubro de 2020 de 9h às 11h		
TIPO DE ATIVIDADE <i>(Res. 11/2020 ENFAM)</i>	Curso de formação continuada (vitalicamento e aperfeiçoamento)	CARGA HORÁRIA	30 horas
MODALIDADE	EAD com tutoria Síncrona e Assíncrona	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Ambiente Moodle. Acesso em https://virtual.emerj.com.br/		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	O processo administrativo tributário e suas peculiaridades; A Lei de execução fiscal : debates atuais; Os impostos municipais: ITBI, ISS e IPTU; Os impostos estaduais: ICMS e ITCMD.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Eixo - Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas em Direito Administrativo; Eixo - Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Direito, Economia e aplicações práticas;		
JUSTIFICATIVA	As execuções fiscais totalizam 39% do total de processos pendentes no acervo brasileiro, com congestionamento de 87% de acordo com o programa “Justiça em Números” do Conselho Nacional de Justiça. Estes processos possuem, ainda, relevante impacto na arrecadação dos entes federativos, considerando que buscam a adimplência de valores em atraso. Ocorre que para bem conduzir estes processos e julgar eventuais processos conexos é essencial que os Magistrados se familiarizem com os temas mais relevantes sobre os tributos municipais e estaduais, conhecendo as controvérsias atuais. Assim, a realização do presente curso se justifica pela importância da atualização sobre os temas e a realização dos debates entre os Juízes, para a melhor atuação nos feitos em curso.		
OBJETIVO GERAL	Ao final da formação os Magistrados estarão aptos a reconhecer os temas atuais discutidos acerca do processo administrativo tributário, da execução fiscal e, especialmente, dos impostos municipais e estaduais e a desempenhar a melhor condução e julgamento dos processos envolvendo Direito Tributário, aplicando a atualizada jurisprudência dos Tribunais superiores.		
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE			

<p>COORDENAÇÃO E TUTORIA</p>	<p>Coordenador: Sérgio Seabra Varella</p> <p>Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, integrante da 25ª Câmara Cível, com ingresso na magistratura no ano de 1991. Presidente do Fórum Permanente de Direito Tributário da EMERJ, de 2011 a 2017. Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro de 1985 a 1991. Professor de Direito Processual Civil, nos anos de 1997 e 1998. Presidente da CODIV-Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com Competência em Dívida Ativa do TJRJ, no biênio 2019/2020. Pós-graduando em Direito Tributário – EMERJ. Pós-graduado em Direito Administrativo – EMERJ. Cursos Formação de Formadores. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/8500768161841900</p> <p>Tutora: Leticia D’Aiuto de Moraes Ferreira Michelli</p> <p>Mestre em Saúde Pública pela FIOCRUZ/ENSP-EMERJ. Pós-graduada pela EMERJ. Juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Professora de Direito Tributário, da pós graduação da Universidade Candido Mendes, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e na Escola de Administração Judiciária (ESAJ) Curso Formação de Tutores no contexto da Magistratura – ENFAM. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/2125008528828474</p>
<p>DOCENTES AULAS SÍNCRONAS</p>	<p>Leticia D’Aiuto de Moraes Ferreira Michelli</p> <p>Mestre em Saúde Pública pela FIOCRUZ/ENSP-EMERJ. Pós-graduada pela EMERJ. Juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Professora de Direito Tributário, da pós graduação da Universidade Candido Mendes, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e na Escola de Administração Judiciária (ESAJ) Curso Formação de Tutores no contexto da Magistratura – ENFAM. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/2125008528828474</p> <p>Sérgio Seabra Varella</p> <p>Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, integrante da 25ª Câmara Cível, com ingresso na magistratura no ano de 1991. Presidente do Fórum Permanente de Direito Tributário da EMERJ, de 2011 a 2017. Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro de 1985 a 1991. Professor de Direito Processual Civil, nos anos de 1997 e 1998. Presidente da CODIV-Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com Competência em Dívida Ativa do TJRJ, no biênio 2019/2020. Pós-graduando em Direito Tributário – EMERJ. Pós-graduado em Direito Administrativo – EMERJ. Cursos Formação de Formadores. http://lattes.cnpq.br/8500768161841900</p>
<p>DOCENTES CONTEUDISTAS</p>	<p>Andrea Veloso Correia</p> <p>Procuradora do Município do Rio de Janeiro. Ex-Procuradora do Banco Central do Brasil. Bacharel em Direito pela UERJ. Professora da FGV/RJ, da UFF e da EMERJ. Co-autora de livro e autora de artigos. Professora convidada, atuando como responsável pela disciplina</p>

	<p>de Normas Gerais de Direito Tributário no LLM em Direito: Tributário do FGV Law Program. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/3446904779255410</p> <p>Bianca Ramos Xavier Doutora em Direito Tributária pela PUC-SP. Ex-Sócia Coordenadora do setor tributário-RJ da Siqueira Castro Advogados, Professora dos cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Getúlio Vargas. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6718982459511808</p> <p>Micaela Dominguez Dutra Graduada e doutora pela UERJ, pós graduada e mestre pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Professora da Pós Graduação da UFF e do IBMEC. Professora e COACH de Tutoria Jurídica Instituto de Ensino LTDA. Gerente de Contencioso Tributário da PETROBRAS. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/7945016339177446</p> <p>Regina Helena Costa Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) http://lattes.cnpq.br/3754456606610412</p> <p>Vanessa Huckleberry Portella Siqueira Procuradora do Estado e Professora de Finanças Públicas (UFRJ, Residência/PGE-RJ, EMERJ, Pós-Graduações da ESAP-PGE-RJ, UERJ, UFF, EMERJ. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/0215068741900522</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>Este curso está estruturado em 4 módulos, cada um deles contém videoaulas exclusivas, leituras obrigatórias e materiais complementares audiovisuais. A interação entre docentes, tutora e participantes acontecerá por meio dos fóruns de discussão. Além destas atividades, os alunos serão avaliados ao longo dos módulos do curso por meio de ferramentas ativas como o WIKI adaptada ao contexto do curso, Mural Virtual, Mapa Mental e Formulação de questões a partir de um problema, respectivamente.</p>
<p>PROGRAMAÇÃO</p>	
<p>AMBIENTAÇÃO</p> <p>Período: 06 e 07 de setembro</p> <p>Carga horária: 2h</p>	<p>Vídeo de apresentação do curso; Programação; Manual do aluno; Navegando pela Plataforma; Fórum de apresentação tutores e alunos.</p>
<p>MÓDULO 1</p> <p>Período: de 08 à 14 de setembro</p> <p>Carga horária: 6h</p>	<p>MÓDULO 1 - O PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL E OS IMPACTOS NAS DEMANDAS JUDICIAIS.</p> <p>Ementa: O processo administrativo tributário e suas peculiaridades</p> <p>Aula Magna: Min. Regina Helena Costa. Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ)</p>

	<p>Vídeo aula 1: O PAF e a duração razoável do processo. Docente: Bianca Ramos Xavier. Conteúdo programático: O princípio constitucional da duração razoável do processo e sua aplicação no PAF. A legalidade do recurso hierárquico</p> <p>Vídeo aula 2: A atuação do Judiciário sobre as discussões ocorridas no PAF. Docente: Bianca Ramos Xavier. Conteúdo programático: A utilização de ação anulatória contra decisão favorável ao contribuinte. A existência do voto de qualidade, as mudanças legislativas e o questionamento através de ações judiciais. A atuação do Judiciário e as decisões administrativas.</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Participação nos debates realizados no fórum de discussão. Questão Formativa apresentada ao final da unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.</p> <p>Leitura obrigatória: RMS 26.874/RJ, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2010, DJe 25/05/2010 RMS 24.947/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2007, DJ 06/12/2007, p. 296 MS 8.810/DF, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/08/2003, DJ 06/10/2003, p. 197</p> <p>Bibliografia de Consulta (facultativa) ROCHA, Sergio André. Processo administrativo fiscal: controle administrativo do lançamento tributário. São Paulo: Almedina, 2018. MARINS, Jaime. Direito Processual Tributário Brasileiro. Administrativo e Judicial. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2019</p>
<p>MÓDULO 2</p> <p>Período: de 15 à 21 de setembro</p> <p>Carga horária: 6h</p>	<p>MÓDULO 2 - TEMAS ATUAIS DE EXECUÇÃO FISCAL</p> <p>Ementa: A Lei de execução fiscal: debates atuais</p> <p>Vídeo aula 1: A execução fiscal. Garantia do Juízo, certidão positiva com efeitos de negativa. O cadastro de inadimplentes. O negócio jurídico processual. Docente: Micaela Dominguez Dutra.</p> <p>Conteúdo programático: Garantias judiciais. O efeito suspensivo dos embargos à execução. O impacto da pandemia COVID-19 nas execuções fiscais. Certidão de regularidade fiscal. Negócio jurídico processual.</p> <p>Vídeo aula 2: O impacto da pandemia COVID-19 nas execuções fiscais. O efeito suspensivo dos embargos à execução. O protesto da CDA. Prescrição intercorrente. Docente: Micaela Dominguez Dutra.</p> <p>Conteúdo programático: O protesto de CDA. A inclusão do nome do contribuinte nos órgãos de proteção ao crédito. O negócio jurídico processual. A prescrição intercorrente na execução fiscal e a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.</p>

	<p>Avaliação de aprendizagem: Participação nos debates realizados no fórum de discussão. Questão Formativa apresentada ao final da unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.</p> <p>Ferramenta ativa: Mural Virtual.</p> <p>Leitura Obrigatória Artigo – Processo administrativo, judicial e de execução fiscal no Século XXI – Protesto de CDA e débitos garantidos.</p> <p>Bibliografia de Consulta (facultativa) MARINS, Jaime. Direito Processual Tributário Brasileiro. Administrativo e Judicial. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2019. ROCHA LOPES, Mauro Luís. Processo Judicial Tributário – Execução Fiscal e Ações Tributárias. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 10ª. ed., 2019</p>
<p>Módulo 3</p> <p>Período: de 22 à 28 de setembro</p> <p>Carga horária: 6h</p>	<p>MÓDULO 3 - IMPOSTOS MUNICIPAIS: O IPTU E O ISS.</p> <p>Ementa: Os impostos municipais: ITBI, ISS e IPTU.</p> <p>Vídeo aula 1: IPTU. Docente: Andrea Veloso Correia. Conteúdo programático: IPTU - Base de Cálculo- Art. 33 do CTN. Valor venal do imóvel. Planta de Valores. Majoração. Princípio da Legalidade. Súmula 160 do STJ e RE 648.245-RG. Impugnação em Juízo. Contribuinte- Art. 34 do CTN. Conceito de possuidor e titular do domínio útil. Súmula 399 do STJ. O Promitente comprador Alíquota- progressividade fiscal e extrafiscal x seletividade (Súmula 668 do STF e RE 666156/RJ e 602347/BH, ambos com Repercussão geral)</p> <p>Vídeo aula 2: ISS. Docente: Andrea Veloso Correia. Conteúdo programático: ISS – Taxatividade da lista. Conceito de Serviço e locação de bem móvel. Arrendamento mercantil. Plano de saúde. Franquia. Outros serviços da lista. Local da prestação do serviço. Município competente.</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Participação nos debates realizados no fórum de discussão. Questão Formativa apresentada ao final da unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.</p> <p>Ferramenta ativa: Podcast discutindo a evolução da jurisprudência do STF acerca da capacidade contributiva em matéria tributária</p> <p>Leitura obrigatória:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) ADI 5835, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES. Liminar deferida em 23.3.2018: Pendente de julgamento. 2) RE 666156, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 11/05/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 15-06-2020 PUBLIC 16-06-2020. <p>Leitura complementar (opcional):</p>

	<p>1) RE 648245, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 01/08/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-038 DIVULG 21-02-2014 PUBLIC 24-02-2014.</p> <p>2) RE 784439, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-228 DIVULG 14-09-2020 PUBLIC 15-09-2020</p> <p>3) ADI 3142, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 05/08/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-243 DIVULG 05-10-2020 PUBLIC 06-10-2020 REPUBLICAÇÃO: DJe-246 DIVULG 08-10-2020 PUBLIC 09-10-2020</p> <p>4) RE 547245, Relator(a): EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 02/12/2009, DJe-040 DIVULG 04-03-2010 PUBLIC 05-03-2010 EMENT VOL-02392-04 PP-00857 RT v. 99, n. 897, 2010, p. 143-159 LEXSTF v. 32, n. 376, 2010, p. 175-200.</p> <p>5) RE 603136, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 29/05/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 15-06-2020 PUBLIC 16-06-2020</p> <p>6) REsp 1060210/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/11/2012, DJe 05/03/2013</p> <p>Bibliografia de Consulta PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. Impostos federais, estaduais e municipais. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.</p>
<p>MÓDULO 4</p> <p>Período: de 29 de setembro à 5 de outubro</p> <p>Aula síncrona Dia 04/10 das 09h às 11h Carga horária: 6h</p>	<p>MÓDULO 4 - IMPOSTOS ESTADUAIS – O ICMS E O ITCMD Ementa: Os impostos estaduais: ICMS e ITCMD.</p> <p>Vídeo aula 1: ICMS. Docente: Vanessa Siqueira. Conteúdo programático: ICMS. ICMS-ST e base de cálculo menor que a presumida. Não cumulatividade (“crédito físico x crédito financeiro” e “nota fiscal inidônea e crédito”). Princípio da Seletividade. Transferência entre estabelecimentos. ICMS-importação: fato gerador e necessidade de lei complementar. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Diferencial de Alíquota – DIFAL</p> <p>Vídeo aula 2: ITCMD. Docente: Vanessa Siqueira. Conteúdo programático: ITCMD. Fato gerador. Isenção. Tributação de herança no exterior. Progressividade.</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Participação nos debates realizados no fórum de discussão. Questão Formativa apresentada ao final da unidade e baseada na discussão teórica/prática dos temas propostos. Estudo de Casos.</p> <p>Dia 04/10 das 09 h às 11 h - Encontro síncrono: Roda de Conversa sobre Jurisprudência Tributária. Docentes: Sérgio Seabra Varella e Leticia D’Aiuto de Moraes Ferreira Michelli</p> <p>Leitura obrigatória:</p> <p>1) RE 714139 RG, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 12/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-188 DIVULG 25-09-2014 PUBLIC 26-09-2014</p>

	<p>2) RE 1.287.019 (Repercussão Geral - Tema 1.093). Relator: Min. Marco Aurélio. Relator para o acórdão: Min Dias Toffoli. Plenário, 24.02.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF). Acórdão ainda não publicado.</p> <p>Leitura complementar de aprofundamento (opcional):</p> <p>1) RE 851.108 (Repercussão Geral - Tema 825). Relator: Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, Sessão Virtual de 19.2.2021 a 26.2.2021. Acórdão ainda não publicado.</p> <p>2) ADI 5469. Relator: Min. Dias Toffoli. Plenário, 24.02.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF). Acórdão ainda nao publicado.</p> <p>3) RE 574.706/PR -Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA. Julgamento: 15/03/2017. Órgão Julgador: Tribunal Pleno.</p> <p>4) RE 1221330, Relator(a): LUIZ FUX, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 16/06/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-204 DIVULG 14-08-2020 PUBLIC 17-08-2020.</p> <p>5) REsp 1125133/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/08/2010, DJe 10/09/2010</p> <p>6) RE 195894, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Segunda Turma, julgado em 14/11/2000, DJ 16-02-2001 PP-00140 EMENT VOL-02019-03 PP-00455</p> <p>7) RE 593849, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 19/10/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-065 DIVULG 30-03-2017 PUBLIC 31-03-2017 REPUBLICAÇÃO: DJe-068 DIVULG 04-04-2017 PUBLIC 05-04-2017</p> <p>8) ADI 2777, Relator(a): CEZAR PELUSO, Relator(a) p/ Acórdão: RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 19/10/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-143 DIVULG 29-06-2017 PUBLIC 30-06-2017</p>
<p>Módulo de Avaliação final Período: 06 a 12 de outubro Carga horária: 4h</p>	<p>Avaliação de Reação Avaliação das vídeo aulas Registro reflexivo</p>
<p>AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)</p>	<p>Fóruns de discussão: 10 pontos cada (serão 6 tópicos) Questão formativas: 20 pontos Mural virtual: 10 pontos Aula síncrona: 10 pontos</p>
<p>CERTIFICAÇÃO</p>	<p>Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>
<p>EXTRA: SUGESTÕES DE LEITURA PARA APROFUNDAMENTO NO TEMA:</p>	<p>EXTRA: SUGESTÕES DE LEITURA PARA APROFUNDAMENTO NO TEMA: ABRAHAM, Marcus. Curso de direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2020. ÁVILA, Humberto. Sistema constitucional tributário. Rio de Janeiro: Saraiva, 2004. BALEEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7 ed. atualizada por Misabel DERZI. Rio de Janeiro: Forense, 1997. CARRAZA, Roque Antônio. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Malheiros, 2001.</p>

	<p>CORREIA NETO, Celso de Barros. O avesso do tributo: incentivos e renúncias fiscais no Direito brasileiro. São Paulo: Almedina, 2016.</p> <p>DERZI, Misabel Abreu Machado, BELTRÃO DA SILVA, José Afonso Bicalho; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves (Orgs.). ICMS: Diagnósticos e proposições – Relatório ao Governador do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.</p> <p>NAVARRO COELHO, Sacha Calmon. Manual de direito tributário. Rio de Janeiro: Forense, 2001.</p> <p>PAULSEN, Leandro. Direito tributário: constituição e código tributário à luz da doutrina e da jurisprudência. 9 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado / ESMAFE, 2004.</p> <p>QUEIROZ, Luís Cesar Souza de. Sujeição passiva tributária. Rio de Janeiro, Forense, 2002.</p> <p>ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio F. da. Manual de direito financeiro & direito tributário. 19 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.</p> <p>SCAFF, Fernando; MAUÉS, Antonio G. Moreira. Justiça constitucional e tributação. São Paulo: Dialética, 2005.</p> <p>SOARES DE MELO, José Eduardo. Curso de direito tributário. São Paulo: Dialética, 2005.</p> <p>TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário – os tributos na constituição - Vol. IV. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.</p>
--	---

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- 1. AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas.

A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo.

Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
- 2. FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
- 3. METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juizes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.

4. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
5. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br